

6 com. Dr. anal

2 Brasília, domingo, 1 de dezembro de 1991

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Ordem no caos

Há aspectos importantes da crise brasileira, do ponto de vista dos efeitos psicosociais turbulentos que produzem, que independem de quem está na Presidência da República. Aconteceriam com qualquer um. O Brasil vive instantes inéditos de autocrítica e autoflagelação, depois de décadas e décadas de jeitinhos, truques e vantagens que não o levaram a coisa alguma. O processo, em si, é saudável e consta da biografia dos países que hoje estão no Primeiro Mundo. Não há como transpor as fronteiras do subdesenvolvimento — sonho de todos — sem essa dolorosa purificação.

Os efeitos benéficos de tudo isso, seguramente, virão, a médio e longo prazos. O problema, porém, é justamente o curto prazo, onde todos transitamos e onde há providências graves e impopulares a tomar. Nele, como diria Machado de Assis, a confusão é geral. A realidade com que lida o presidente Collor — aí incluídos partidos políticos, instituições e opinião pública — é caótica. Os partidos não têm perfil doutrinário definido. O mais próximo de obtê-lo — pelo menos o único a buscá-lo verdadeiramente junto às bases — é o PT. Que, por sinal, é oposição.

Os demais ou são aglomerados eleitorais (o PMDB, por exemplo), arranjos de gabinete ou ficções jurídicas, propiciadas por uma lei partidária inadequada. As instituições — e o Congresso está no centro desse problema — estão profundamente desacreditadas e a opinião pública assume, crescentemente, uma visão cética e iconoclasta da vida pública. Em resumo, um quadro inadimistrável, por qualquer um. Não há um só setor da vida pública brasileira — e isso vem desde o início da redemocratização, no governo Sarney — que não esteja sob intenso e áspero questionamento da opinião pública. Até mesmo a forma de governo republicano está em xeque e será submetida em breve a plebiscito, cujo desfecho é cada vez menos previsível.

Nesse universo, cabe ao atual Governo equacionar problemas de formidável envergadura, em níveis interno e externo, um desafio mastodôntico mesmo em tempos de normalidade. A dívida externa, por exemplo, é tecnicamente impagável, nos termos em que está posta. Cabe ao Governo alterar esses termos, tornando-a compatível com a sobrevivência econômica do País. Como fazê-lo, no entanto, sem ajustar internamente a economia? E como fazê-lo sem contrariar setores importantes? Como restaurar a Previdência, exposta, há décadas, à mais deslavada delinquência, atendendo, simultaneamente, todas as suas numerosas demandas (ainda que justíssimas)? Como mudar a mentalidade do serviço público e as perversões que cultua imemorialmente nas suas relações com a iniciativa privada? E mais: como fazer tudo isso e ainda conseguir apoio popular?

Aparentemente, o quadro é insolúvel. Nesse caso, como diria o poeta, o jeito é tocar um tango argentino. Mas não é. Na medida em que o Governo consiga transmitir à população a consciência do que ocorre — e isso só é possível através de sólidas alianças políticas, que lhe devolvam alguma credibilidade —, terá chances reais de começar a pôr ordem no caos. Tempo não lhe falta.